



O ENIGMA DO CAPITAL: e as crises do capitalismo

Harvey, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011. (Tradução de João Alexandre Peschanski).

Suana Medeiros Silva

Universidade Federal da Paraíba

José Ignacio Vega Fernandez

Universidade Federal de Pernambuco

O enigma do capital é um livro sobre o fluxo do capital, afirma o próprio Harvey. E a esse fluxo, para os que vivem sob e no capitalismo, o autor atribui a aquisição do pão de cada dia, das casas, dos carros, dos celulares e de todos os bens e objetos de consumo que faz parte da vida das sociedades integrantes desse sistema. Um fluxo que, sendo interrompido, retardado ou suspenso, tem como resultado uma crise, capaz de descontinuar um estilo de vida comum e atualmente necessário. Entender, portanto, como se dá esse fluxo, quais são seus caminhos e lógicas comportamentais, é fundamental para entendermos nossas condições de vida. Focando nas crises sistêmicas do capitalismo, o autor discorre nesta obra sobre a diversidade geográfica das mesmas, no tocante as formas de absorção e reação em cada país ou região, que diferem de acordo com vários fatores enumerados e discutidos por ele. Se utilizando de alguns exemplos históricos, Harvey nos leva a compreender os elementos iniciais e finais do capitalismo, de que forma ele é efetivado, que meios são utilizados e quais as consequências socioeconômicas desse processo de acumulação.

O primeiro capítulo, A crise, desenvolve uma discussão sobre as crises sistêmicas do capitalismo relacionando-as com a atual crise. Segundo Harvey os primeiros indícios da crise começaram no ano 2006 em áreas de baixa renda, onde as taxas de desemprego aumentaram consideravelmente. Mas foi somente quando a onda de despejos atingiu a classe média branca já em meados de 2007, que as autoridades e a imprensa começaram a se preocupar com a situação. Dois milhões de pessoas perderam suas casas, e muitas acabaram devendo mais por suas casas do que o próprio valor do imóvel. O sistema bancário parecia não acompanhar essa situação crítica, muito ao contrário, em janeiro de 2008 os bônus em *Wall Street* somavam apenas uma fração menor do total do ano anterior.

Os ganhos dos responsáveis pela catástrofe do sistema financeiro se equiparavam a perdas na base da pirâmide social. Meses depois, no outono do mesmo ano,

chegou à chamada “crise das hipotecas *subprime*” que congelou os mercados globais de crédito e a maioria dos empréstimos. As instituições de crédito licenciadas pelo governo dos EUA foram nacionalizadas, seus acionistas destruídos, mas os portadores de títulos foram protegidos. Bancos internacionais foram socorridos pelos governos para restaurar a confiança no sistema financeiro. A crise se estendeu a outros mercados, o comércio global caiu em um terço, aumentando as tensões nas economias majoritariamente exportadoras, assim como aumentando o desemprego.

No ano 2009 o banco mundial previa o primeiro ano de crescimento negativo da economia mundial desde 1945. Segundo Harvey esta crise deve ser vista como o auge de um padrão de crises financeiras que se tornaram mais frequentes e mais profundas ao longo dos anos. A peculiaridade das crises associadas a problemas nos mercados imobiliários tendem a ser mais duradouras do que as crises curtas e agudas, os investimentos em espaço construído são em geral baseados em créditos de alto risco e de retorno demorado.

Frente a esta situação, como devemos interpretar a crise atual? Será que a crise sinaliza o fim do neoliberalismo? A resposta para Harvey depende do que entendamos por neoliberalismo. Para o autor o neoliberalismo é um projeto de classe mascarado por um discurso retórico sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal, e livre-mercado, que legitimam políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista. Um exemplo desta situação foi o princípio de que o Estado deve proteger as instituições financeiras a todo custo, privatizando os lucros e socializando os riscos, salvando os bancos e colocando os sacrifícios nas pessoas. O neoliberalismo foi a solução escolhida para salvar a crise de 70. As políticas atuais seguem a mesma linha já que propõem sair da crise com uma maior consolidação e centralização do poder da classe capitalista. Para Harvey o caminho a ser escolhido hoje definirá o caráter da próxima evolução do capitalismo, a possibilidade de sairmos da crise de uma maneira diferente depende muito do equilíbrio das forças de classe. Para o autor os últimos 30 anos de repressão salarial tem sido de grande utilidade para superar obstáculo do trabalho, o capital precisava de trabalho mais barato e mais disciplinado, precisava acabar com o trabalho organizado e ir para onde tem excedente de trabalho. Se precisava abrir o acesso do capital ao trabalho barato, a disponibilidade do trabalho deixou de ser um obstáculo para a acumulação de capital. A superação deste obstáculo gera a aparição de outro, já que a repressão salarial diminui a demanda para a expansão da produção, baixos salários não permitem ampliar o consumo. A solução a esse problema foi o crescimento da indústria dos cartões de crédito, o aumento do endividamento e do capital financeiro fictício. Outra solução para aumentar a demanda foi a exportação do capital e o cultivo de novos mercados, a pressão política, a diminuição das barreiras técnicas e logísticas ao fluxo de capital global, facilitaram o fluxo de capital-dinheiro líquido através de uma rede gigante. O mercado de ações possibilita que os inversores não invistam diretamente na produção, preferindo

investir em ações. Surgiram assim novos mercados estranhos como o mercado de futuros, assim como uma tendência generalizada de investimento em ativos.

Outro problema fundamental subjacente é o que o autor denomina “problema de absorção de excedente de capital”, os capitalistas são obrigados pela concorrência a recapitalizar e investir uma parte desse excedente em expansão, isso exige novas saídas lucrativas. Nos últimos anos, cada vez menos capital excedente tem sido absorvido pela produção. Numa tentativa de encontrar mais lugares para colocar o capital, se estenderam as privatizações e o dogma da ineficiência das empresas estatais. Segundo o autor, nos últimos 30 anos viu-se uma reconfiguração dramática da geografia da produção e da localização do poder político-econômico. Os EUA assumiram a posição de poder hegemônico dentro do mundo não comunista e lideraram uma aliança global para manter a maior parte possível do mundo aberta para absorver o excedente do capital. A crise do setor financeiro dos EUA em 2008 e 2009 comprometeu sua hegemonia, significando uma mudança sem precedentes na riqueza relativa e no poder econômico de maneira geral. Segundo Harvey para entender por que o capitalismo gera periodicamente essas crises, não servem as teorias e ortodoxias econômicas que não conseguiram prever a crise e que infelizmente, continuam desinformando o debate e dominando o pensamento e a ação política.

No segundo capítulo, intitulado O capital reunido, o autor descreve as condições necessárias para o início do processo de acumulação de capital, identificando as barreiras do crescimento perpétuo e como estas foram superadas no passado. Além disso, mostra os obstáculos que se apresentam na atualidade. Ao longo da história do capitalismo tem havido uma tendência para a redução geral das barreiras espaciais, as configurações do espaço e do tempo da vida social são periodicamente revolucionadas. A abertura das fronteiras dos Estados ao comércio, os tratados de livre-comércio e os marcos jurídicos também são essenciais para o fluxo do capital. Contudo, as crises cíclicas do capital continuam com o problema da superacumulação do capital, que deriva em um bloqueio da produção e dos reinvestimentos. Harvey aponta que autores como Marx e Schumpeter já escreveram sobre as tendências criativo-destrutivas inerentes ao capitalismo.

O capitalismo tem sobrevivido, tem superado problemas de fluidez e flexibilidade, não sem violentas correções. Há, portanto, dentro da geografia histórica do capitalismo uma luta perpétua para converter limites aparentemente absolutos em barreiras que possam ser transcendidas ou contornadas. O autor enumera seis barreiras potenciais a acumulação: a existência de um capital inicial sob a forma de dinheiro insuficiente; a escassez de oferta de trabalho; a existência de uns meios de produção inadequados e uns limites naturais; umas tecnologias e formas organizacionais inadequadas; possíveis resistências ou ineficiências no processo de trabalho e por ultimo, a falta de demanda.

A acumulação inicial do capital no fim da época medieval na Europa se conseguiu por meios extralegais, o roubo espanhol de ouro do império Inca foi um exemplo. Nos estágios iniciais o capital não circulou diretamente por meio da produção, assumiu a forma de capital agrário, fundiário, mercantilista de Estado. Com a ascensão da burguesia aumentou seu poder de influência sobre o Estado e as instituições militares, administrativas e judiciais. Estabelecendo-se uma relação estreita entre estado e finanças, através de estruturas de governança nas que a gestão do Estado e parte integrante da criação e da circulação do capital. O sistema de crédito e as instituições especializadas na reunião e distribuição do poder do dinheiro por meio do sistema de crédito dá a uma classe privilegiada de financistas um poder social imenso em relação aos produtores. O nexo Estado-finanças funciona há muito tempo como grande motor de acumulação de capital, compartilhando características de uma instituição feudal, exercendo poderes totalmente antidemocráticos sobre como o capital circula ou se acumula e sobre a maioria dos aspectos da vida social. Cada estado tem uma forma particular do nexo Estado-finanças, as forças sociais envolvidas nesse nexo variam. Quando se tende a favorecer interesses particulares em vez de gerais, a indignação popular é essencial para restabelecer o equilíbrio.

O capital vai ao trabalho, capítulo três, se adentra nas estratégias que o capital se utiliza para ter disponíveis permanentemente reservas de acesso ao trabalho, resgatando o que Marx chama de “exército industrial de reserva”, como condição necessária para a reprodução do capital. Além da disponibilidade desse exército, a força de trabalho deve ser flexível, dócil, disciplinada e qualificada quando for preciso. Neste caso, impossibilitar o acesso da massa aos meios de produção e particularmente à terra, libera a força de trabalho como uma mercadoria a mais. A ideia de acumulação primitiva coloca a população numa posição na qual tem que trabalhar para o capital sobreviver, um exemplo são os dois bilhões de trabalhadores assalariados chineses incorporados à força de trabalho global. As mulheres também foram mobilizadas para passar a formar parte desta força de trabalho global, assim como as populações camponesas em todo mundo.

No campo do trabalho as ações do Estado servem para controlar a força de trabalho atuando em questões como imigração e políticas trabalhistas, assim como, em questões que afetam a qualidade da oferta de trabalho. O Estado se encarga de fornecer infraestruturas sociais como educação, formação e saúde que em suma são medidas políticas destinadas a manter o exército de reserva através da provisão de bem-estar social. As diferenças de gênero, raça, etnia, políticas, de orientação sexual e religiosa, tornam-se ferramentas que os capitalistas utilizam para administrar a oferta de trabalho, enfrentando trabalhadores individuais em concorrência uns com os outros para os postos de trabalho oferecidos. As inovações tecnológicas dos meios de transporte permitiram aos capitalistas deslocar a produção para lugares com pouca organização sindical ou com uma margem de lucro maior. As deslocalizações da atividade industrial transformam o funcionamento dos mercados de trabalho, tornando-se a mobilidade geográfica do trabalho, do capital, ou ambos, fundamentais na regulação dos mercados

locais. Por outro lado o desenvolvimento geográfico das lutas sindicais e desigual, hoje em dia o capital tem uma grande força frente ao trabalho.

As relações entre capital e trabalho assim como entre capital e natureza são mediadas pela escolha de tecnologias e formas organizacionais, os capitalistas tem procurando soluções tecnológicas e organizacionais para aumentar a taxa de lucro incentivando permanentemente o dinamismo organizacional e tecnológico. O sistema precisa revolucionar constantemente os instrumentos de produção assim como as relações de produção, novos nichos de mercado funcionam como salva-vidas para o problema da absorção do excedente de capital. Segundo o autor as novas bolhas especulativas estimuladas pela inovação são a engenharia biomédica e genética, junto com as chamadas tecnologias “verdes”, apoiadas por grandes organizações filantrópicas que substituíram em parte o Estado no financiamento das pesquisas. As inovações tecnológicas e organizacionais apresentam pros e contras, por um lado desestabilizam e por outro abrem novos caminhos, formas dominantes são substituídas por outras, desestabilizando o sistema de forma geral. Contudo o trabalhador detém o poder real dentro do processo de trabalho, já que neste o capitalista depende do trabalhador. O trabalhador pode recusar ao trabalho, parar a produção. Isto é um ponto de bloqueio potencial no qual o trabalhador tem poder para impor limites e regular as relações sociais no local de trabalho. As lutas sociais definem um ponto de bloqueio potencial para a acumulação sempre presente, que o capital precisa contornar permanentemente para sobreviver.

No quarto capítulo, O capital vai ao mercado, o autor faz uma discussão sobre como a falta de demanda efetiva supõe um obstáculo para o capitalismo, entendendo a demanda efetiva como necessidades, vontades e desejos, apoiados pela capacidade de pagar. Quando não há suficiente demanda efetiva para absorver os produtos, aparecem as denominadas crises de subconsumo. A solução a este problema se encontra no reinvestimento capitalista, de forma que o que aparece como uma crise de subconsumo se torna um problema para encontrar novas oportunidades de reinvestimento de uma parte do excedente produzido. As condições para que esse reinvestimento aconteça são em primeiro lugar colocar os lucros de novo em circulação como novo capital, depois a existência de um sistema de crédito que permita superar o intervalo de tempo entre o reinvestimento de hoje e a produção de ontem, e por último, que o crédito recebido, seja gasto na compra de bens e meios de produção que já foram produzidos.

O reinvestimento capitalista é utilizado como argumento para apoiar a concentração de riqueza, segundo o qual as classes superiores podem usar sua riqueza para reinvestir, criar empregos e riqueza. Este argumento não leva em conta que os capitalistas tem a possibilidade de escolher sobre aquilo no que vão reinvestir, de forma que não necessariamente esse reinvestimento pode dar como resultado o fortalecimento da demanda efetiva. Outro problema decorre do fato de que a acumulação pode se tornar altamente especulativa já que se baseia

na crença de que a expansão futura não vai encontrar barreiras, isso significa que antecipações e expectativas são fundamentais para a circulação do capital, de forma que qualquer queda nas expectativas de especulação gerará uma crise. A confiança no sistema é, portanto, um elemento muito importante na circulação do capital.

O problema na queda dos lucros e as desvalorizações por falta de demanda efetiva podem ser solucionados por um tempo através do sistema de crédito, mas no longo prazo os riscos se acumulam. O grande problema agora não é a falta de demanda efetiva, mas sim, a falta de oportunidades para o reinvestimento lucrativo do excedente da produção de ontem. As tendências de crise não são resolvidas, apenas deslocadas, de forma que as crises servem de “racionalizadores irracionais” necessárias para a evolução do capitalismo.

Com alguns exemplos, Harvey começa o capítulo cinco, intitulado O capital evolui, apresentando a evolução do capital desde seu advento em 1950, caracterizada pela introdução de tecnologias, aumento significativo da urbanização e conseqüentemente, modificação das paisagens. O autor cita a região central da Inglaterra em 1820, que, apesar de apresentar cidades industrializadas, estas ainda eram separadas por grandes áreas de atividade agrícola, onde as formas tradicionais de vida rural eram preservadas. E ainda centros comerciais compactos ligados uns aos outros ou aos grandes centros por “estradas sujas e canais estreitos” e o transporte que era feito por “cavalos suados”. O autor se utiliza de descrição detalhada, no intuito de chamar a atenção do leitor para as condições precárias de trabalho e locomoção. Inclusive quando cita Marx, afirmando que o transporte de matérias-primas era feito também por “mulheres à beira da fome”. Por conseguinte, remonta ao ano de 1980, quando era possível, por exemplo, avistar no delta do rio Pérola paisagens agrárias que apresentavam autossuficiência em produção de alimentos, em municípios onde seus governantes armazenavam suprimentos se prevenindo da fome.

Para evidenciar a evolução do capital e suas conseqüentes mudanças, Harvey afirma que essas cidades e áreas citadas por ele, apresentavam em 2008 uma paisagem predominantemente urbanizada, irreconhecível e, constituída de relações sociais, formas de vida, de transporte, de produção e de consumo totalmente diferentes. Ou seja, lembrando Marx mais uma vez, quando o mesmo afirmou que nossa tarefa “não é tanto compreender o mundo como transformá-lo”, o autor afirma que o capitalismo tem feito isso com maestria. O autor afirma ainda que, além disso, o capitalismo tem encontrado portas abertas para tais mudanças dramáticas, pela falta de interesse coletivo em decifrar o funcionamento do mundo e as conseqüências de tais mudanças. Segundo ele, o sistema é cheio de imprevistos e fatos inesperados, que fazem se perder continuamente produções intelectuais e práticas que tentam amenizar as conseqüências dessas mudanças.

Harvey coloca que o capitalismo é paradoxo e que isso deve ser levado em consideração. Cita o lado negativo do sistema, constituído de crises, guerras, degradação ambiental, pobreza, neocolonialismo, crises na saúde pública, alienação em massa, exclusões, violência; assim como o lado positivo, que são os padrões de vida material, compostos de bem-estar, viagens, comunicações, evolução da medicina e conseqüentemente, uma maior esperança de vida. Para ele, a evolução do mundo em ritmo acelerado e sua contradição são inegáveis; o que precisa ser decifrado são os princípios que sustentam essa evolução incontrolável. Para tanto, a geografia histórica do capitalismo não pode ser reduzida a acumulação do capital, apesar desta estar, junto com o crescimento da população, no cerne da dinâmica evolutiva humana desde 1950.

Dessa forma, para destrinchar essa evolução, o autor define sete “esferas de atividade”, interrelacionadas, por onde o capital se movimenta em busca de lucro, são elas: tecnologias e formas de organização; relações sociais; arranjos institucionais e administrativos; processos de produção e de trabalho; relações com a natureza; reprodução da vida cotidiana e da espécie; e “concepções mentais do mundo”. Sendo que nenhuma é dominante nem independente. Por outro lado, nenhuma esfera é determinada pelas outras, cada uma evolui por conta própria, ainda que em constante interação com as demais. Os fluxos que se movem entre as esferas estão sempre em reformulação e suas interações nem sempre são harmoniosas. É possível definir o caráter e as condições gerais de uma determinada sociedade/localidade a partir de como as esferas estão organizadas e se configuram umas com as outras. Assim como compreender a ordem social do lugar, considerando as tensões e contradições entre as esferas, apesar de sua dinâmica evolutiva ser aleatória. O capital não se acumula nem circula sem passar em cada uma e em todas as esferas, e assim, se encontra limites em ou entre alguma delas, precisa superar, pois pode estar aí uma fonte de crise. Ou seja, o estudo da coevolução das esferas de atividade pode contribuir para a compreensão da evolução global e suas crises.

Em suma, Harvey quer dizer que as sete esferas mencionadas por ele coevoluem na evolução histórica do capitalismo de formas distintas, sem que prevaleçam uma sobre a outra e, cada uma delas, sujeita a uma renovação e transformação permanentes, na interação com as outras ou por meio de uma dinâmica interna. Essas relações são dialeticamente interligadas pela circulação e acumulação do capital. Dessa forma, o desenvolvimento desigual entre as esferas e no conjunto delas produz contingências, tensões e contradições. Assim, o capital precisa manter as esferas em equilíbrio.

Para o autor, o capitalismo tem evoluído semelhantemente à teoria do “equilíbrio pontuado” da evolução natural de Stephen Jay Gould, com períodos de coevolução lentos, mas harmônicos, pontuados por rupturas e reformas radicais. Ele relata que a nível mundial, os desenvolvimentos geográficos desiguais do neoliberalismo e os diferenciais de resistência se colocaram em evidência, alterando o mundo, dependendo de onde se estava, em todas as esferas entre

1980 e 2010, sendo muito perceptível e palpável. Contudo, o perigo para a teoria social e o entendimento popular é ver uma das esferas como determinante, e, conseqüentemente, como fonte de um problema e objeto de pressão política para mudança. Dessa forma, Harvey afirma que a revolução tem de ser um movimento em todos os sentidos da palavra, se movendo dentro, além e através das diferentes esferas. Caso contrário, acabará não indo a lugar algum. Dessa forma, é preciso conceder alianças entre um conjunto de forças sociais organizadas em torno das diferentes esferas.

A geografia disso tudo, capítulo seis do livro, tem o objetivo de discutir e mostrar como diferentes características e especificidades referentes a localidades diversas, podem ser internamente determinantes ou influentes na dinâmica do capital. E todos os desdobramentos que há na relação entre a população mundial e a acumulação do capital ao longo da história.

Harvey inicia afirmando que a crise iniciada no mercado imobiliário dos Estados Unidos em 2007, se espalhou na rede financeira e comercial de formas diferenciadas de um lugar para outro, quando havia uma expectativa que o risco fosse dividido. Foram vários os fatores que determinaram as diferenciações dos impactos: relações anteriores dos bancos com os Estados Unidos; a abertura de linhas de crédito por empresas e instituições locais; impacto da queda do consumo nos lugares baseados em exportações; preços das matérias-primas; diferentes estruturas de emprego e apoio social e; provisão social prevalecente em alguns lugares. O autor nesse sentido, cita alguns exemplos de diferentes reações à crise, como a variação da taxa de desemprego em países da União Europeia, e de como o Líbano quase não sentiu efeitos da crise até o verão de 2009. Na china o colapso foi quase totalmente no mercado de exportação enquanto na Islândia foi relativo aos bancos nacionais. Porém, a China estava preparada para enfrentar a crise com reservas, enquanto que a Islândia não.

O que deseja ser mostrado nesse capítulo é que a geografia, no caso da crise, foi determinante nas formas como cada país recebeu e reagiu a ela. Geografia no sentido de especificidades políticas, culturais, populacionais, etc. Segundo Harvey, as respostas variaram bastante de acordo com a profundidade e a natureza do problema local, as predileções ideológicas, as interpretações dominantes, os arranjos constitucionais, os costumes e a disponibilidade de recursos locais para lidar com os impactos locais.

Diante dessa constatação, ou seja, da diversidade de respostas aos impactos, o autor sugere ou induz uma reflexão se é possível o surgimento de uma recuperação, reviravolta ou alternativa político-econômica, citando os mercados emergentes – Brasil, Índia e China – que ainda crescem na crise. Ao mesmo tempo, afirma que é impossível prever, pois os caminhos geográficos por onde isso pode ocorrer, são imprevisíveis e vai sempre depender de fatores diversos e específicos das localidades.

Sobre os processos de acumulação do capital, apesar de não existirem fora dos respectivos contextos geográficos e de serem bastante diversificados, os capitalistas e seus agentes tem um papel fundamental nessas configurações. Grandes mudanças são realizadas como redes de transporte e comunicação novas, cidades que crescem, paisagens agrárias produtivas. E dentro disso, grandes marcas também foram deixadas: terras desmatadas, recursos extraídos exacerbadamente, condições naturais modificadas, oceanos e rios explorados, resíduos espalhados. Em suma, isso tudo quer dizer que a geografia do capitalismo é cada vez mais autoproduzida.

Por outro lado, há outro fator bastante influente e muito bem relacionado com a produção do capital, que é a população mundial. Segundo Harvey, desde 1700, a população mundial tem crescido a um índice composto que segue em paralelo com a taxa da acumulação composta do capital. A população mundial superou 1 bilhão de pessoas em torno de 1810. Subiu para 1,6 bilhão em 1900, para 2,4 bilhões em 1950 e para mais de 6 bilhões em 2000. As estimativas agora colocam-na em 6,8 bilhões. Projeções a colocam em 9 bilhões ou mais em 2050. Não se sabe definir a relação exata entre o capitalismo e a população, mas se sabe com certeza que o capitalismo não teria seguido a mesma dinâmica acumulativa se não houvesse o crescimento contínuo de populações disponíveis à produção e ao consumo. A escravidão, o fornecimento de matérias-primas extraídas das populações indígenas e a absorção do capital excedente foram fundamentais. Contudo, há também a influencia contraria, é certo que sem o crescimento do capital, populações poderiam ter morrido de fome.

A relação população-capitalismo envolve vários fatores e condições na historia, por exemplo: expansão das populações nas áreas urbanas e aumento do valor da terra; movimentos migratórios e aumento da acumulação de pessoas em determinados lugares pouco povoados e conseqüentemente, acumulação de capital. Além dessas relações aparentes e claras, há também relações entre população e capital mais sutis, porem presentes. É o caso de milhões de camponeses que são pequenos agricultores, artesãos, com estilo de vida alternativo ou que não vêm oportunidades de incorporação no sistema, não tendo, portanto, vinculo forte com o mesmo, mas que, todavia, são alcançados pelo sistema com a tributação pelo Estado. Ou ainda, o setor informal que se transformou em microempresas, onde o capital pode fornecer creditos e trazê-los para o sistema.

Alem do mais, as diversas populações se arranjam de diferentes formas, e independente dos países com crescimento populacional positivo ou negativo, os movimentos ocorrem constantemente. E as pessoas precisam de espaços, casas e isso, tem um impacto tanto na terra quanto na acumulação do capital, sendo um grande veículo para a produção e absorção do excedente. Dentro dessa infinidade de movimentos populacionais, migratórios, são criadas paisagens humanas com diferenças geográficas onde as relações sociais e os sistemas de produção, os estilos de vida diária, as tecnologias, as formas organizacionais e as distintas

relações com a natureza se reúnem para a produção de locais com diferentes qualidades. Dessa forma, o desenvolvimento desigual geográfico é muito variado e volátil.

Os processos coevolutivos ocorrem em muitas partes do planeta e apontam para diferentes direções. Com a disponibilidade de vários estudos que descrevem as interações e as mudanças que ocorrem em diferentes lugares, relacionando as esferas de atividade, o problema na compreensão da coevolução surge quando se tenta colocar todos os relatos juntos e destacar sua independência ou sua particularidade. Se fossem mapeados, resultaria um quadro diverso, a princípio aparentemente caótico e imprevisível. Contudo, possível de maior compreensão de analisados detalhadamente. Inclusive o autor ressalta que o geógrafo econômico se depara com problemas em encontrar alguns padrões distintivos e sinais de longo prazo da mudança dentro do caos aparente da atividade social, econômica e política observável. Para Harvey, “a arte e a ciência da análise e previsão geográfica” continua subdesenvolvida e a geografia do todo, do local ao global, é ignorada ou reduzida a uma versão banal do determinismo geográfico físico. Como resultado não entendemos os fatores que permitem eventos ocorridos em um lugar afetarem outros lugares, nem podemos avaliar a dependência da reprodução capitalista sobre as formas do desenvolvimento geográfico desigual. Dessa forma, ficamos perdidos sem saber o que fazer diante de uma crise, mesmo tendo a possibilidade de mudar as leis da reprodução social e da acumulação do capital.

Para o autor, há princípios geográficos aos quais podemos recorrer para entender essa conjuntura. O primeiro deles é que todos os limites geográficos da acumulação do capital têm de ser ultrapassados. A “globalização” antes de ser assim definida sempre foi objetivo do capital. Não se sabe se o desejo de conquistar o espaço e a natureza é uma característica humana universal ou um produto da classe capitalista. Somente se sabe que esse desejo é coletivo nas sociedades capitalistas. O segundo conjunto de princípios é que a produção implica uma concentração geográfica de dinheiro, meios de produção e força de trabalho (em grande parte contida em mercados de trabalho localizados). Esses elementos são reunidos em um lugar específico, onde uma nova mercadoria é produzida. Segundo Harvey, a acumulação de capital começa onde e quando alguém tiver algum dinheiro e decidir usa-lo para ganhar mais dinheiro, explorando o trabalho assalariado.

De acordo com a diversidade discutida, também é colocado que o sucesso na acumulação do capital em um determinado local, somente pode ser avaliado após as leis coercitivas da competição terem determinado que tal iniciativa foi bem-sucedida em algum lugar. Ou seja, as leis de acumulação do capital operam após o fato e não antes. Segundo o autor, o capitalismo está fundado ideologicamente e na prática sobre as liberdades individuais e as liberdades de participar de atividades especulativas para fazer dinheiro. Nesse caso, o suposto caos da diferenciação geográfica é uma condição necessária para a acumulação do capital

começar; e Harvey justifica lembrando que foi em pequenas aldeias e vilas (Manchester e Birmingham), onde os controles sociais e políticos eram falhos que a revolução industrial começou na Inglaterra. E foi em pequenas feitorias como Chicago onde continuou.

Para a trajetória evolutiva do capitalismo, a concorrência e as crises são fundamentais. Por isso, um mundo geográfico diverso em atributos físicos e condições sociais e culturais, é muito melhor para o capitalismo. Pois não sabendo antecipadamente se uma empresa terá sucesso em um lugar, é feita uma sondagem das possibilidades em todos os lugares. Assim, a diversidade geográfica é uma condição necessária, e não uma barreira. Dentro dessa diversidade, é necessário assegurar a continuidade dos fluxos geográficos do dinheiro, bens e pessoas. Para isso, se assegura a interrelação destes por meio de transportes e sistemas de comunicação.

Outro elemento importante na acumulação é o domínio espacial. O elemento de monopólio na competição espacial tem consequências de grande alcance numa economia baseada no mercado e vários desdobramentos sociais também. Igualmente, a paisagem geográfica é moldada por uma tensão contínua entre as economias de centralização, de um lado, e os lucros que vêm da descentralização e da dispersão, por outro lado. O modo de funcionamento dessa tensão depende das barreiras impostas à circulação espacial, à intensidade das economias e das divisões do trabalho. A urbanização, suas fases e consequências se torna um elemento central nesse processo, girando em torno da especulação da terra. Para Harvey, se o aluguel e o valor da terra são as categorias teóricas pelas quais a economia política integra a geografia, o espaço e a relação com a natureza para a compreensão do capitalismo, essa discussão deve ser colocada como prioridade para análise. Dessa forma, pode ser feita uma relação da produção do espaço e da geografia em curso com a circulação e a acumulação do capital, e, obviamente, com os processos de formação de crises.

O capítulo sete, A destruição criativa da terra, aborda o paradoxo na relação com a natureza. A destruição criativa produz o que é chamado de segunda natureza, a natureza remodelada pela ação humana. Com o desenvolvimento do capitalismo essa atividade tem aumentado vertiginosamente, assim como as consequências não intencionais geradas pelas práticas humanas em relação ao mundo físico. Os agentes de produção e reprodução dessa segunda natureza são o Estado e o capital, e configuram uma paisagem geográfica da acumulação do capital, que visa mais pelos interesses vinculados à acumulação e a especulação sobre a terra, do que as necessidades das pessoas. A relação com a natureza constitui um limite para a acumulação do capital diretamente relacionado com as soluções tecnológicas, sociais e culturais presentes. A visão da natureza como um produto social, parte da ideia de que os recursos naturais são apreciações culturais econômicas e tecnológicas. Desta forma um recurso pode ser substituído por outro, e novas tecnologias e estilos de vida podem dirigir mudanças para fontes de recursos diferentes, independentemente de que estes sejam raros e restritos.

O capitalismo tem levado a cabo uma reorganização drástica, da paisagem geográfica da produção, da distribuição e do consumo com enormes mudanças nas relações e configurações espaço-temporais. O surgimento do Estado moderno, que corresponde com o surgimento do capitalismo coincidiram com uma divisão de grande parte da superfície terrestre em colônias e impérios, que formam a base territorial do poder político. As formas de associação humana com base no território caracterizam as sociedades humanas desde suas origens, território e lugar sempre têm sido utilizados pelas instituições para organizar as populações e as relações de poder. As vantagens naturais não são determinantes na configuração regional da divisão do trabalho. É a conjunção de forças políticas e econômicas que cria formas tecnológicas e organizacionais, relações com a natureza, sistemas de produção, modos de vida, e atitudes culturais locais. O Estado faz o papel de recipiente geográfico, e “guardião” dessas configurações, por meio de tecnologias de governança. O “sucesso” de um Estado é muitas vezes valorizado segundo a capacidade do mesmo de captar fluxos de capital, de proporcionar as condições para a acumulação do capital, e garantir uma qualidade de vida de seus habitantes.

A questão da organização política e a relação entre o Estado soberano e os indivíduos soberanos, foram sempre instável e altamente problemáticas. Com a aparição de organizações supranacionais, os estados delegam parte da sua autonomia, como no caso do FMI, seguindo uma tendência a definir unidades territoriais acima e além do Estado, na maioria motivada por interesses econômicos. As guerras entre os estados são um exemplo de destruição criativa, nas quais se destrói tanto infraestruturas físicas, quanto forças de trabalho, ambientes, relações sociais. A reconstrução depois da guerra serve para absorver o excedente de capital e mão de obra. A concorrência entre os estados leva a conflitos de todo tipo, e o complexo militar-industrial, serve para utilizar o poder do Estado em benefício próprio.

A lógica territorial é definida em termos de estratégias políticas, diplomáticas, econômicas e militares mobilizadas pelo Estado em seu próprio interesse. Esta lógica visa controlar e gerenciar as atividades da população no território de forma que se favoreça a acumulação de poder e riqueza dentro das suas fronteiras. Esse poder pode ser usado internamente ou externamente para exercer poder sobre outros Estados. As práticas clássicas europeias de imperialismo e colonialismo baseados na ocupação territorial foram deixadas pelos EUA, adotando a hegemonia global, sem abandonar os objetivos de controle territorial. Dessa forma, exercendo esse controle através de formas de governança local que aparentemente preservaram a independência e que mantiveram a hegemonia.

Com a explosão da atividade financeira e das mudanças globais na atividade produtiva, aparece um novo imperialismo que luta pela hegemonia financeira e militar, mais do que pelo controle direto sobre o território. A china tem um papel importante na determinação do tipo de capitalismo que pode se configurar a partir da crise atual, a economia se desloca geograficamente, o que terá grandes

repercussões no futuro. A reprodução do capitalismo implica novas geografias, por meio da destruição criativa pode lidar com o problema da absorção do excedente de capital, não sem violentas correções, e perigos potenciais.

O último capítulo, *Que fazer? E quem vai fazê-lo?* Aborda a necessidade de fazer estas perguntas para poder consolidar um movimento anticapitalista suficientemente forte, unificado que seja capaz de desafiar a reprodução da classe capitalista e a perpetuação do seu poder a nível mundial, assim como de limitar o poder financeiro e militar. Para o autor dificilmente pode surgir qualquer movimento global anticapitalista, sem ter uma visão sobre o que tem que ser feito e por que. A falta de uma visão alternativa impede a formação de um movimento de oposição. Para superar este bloqueio é necessário que o movimento político, e a visão de que fazer e porque fazê-lo, se reforcem mutuamente, transformando-se em uma espiral. Uma política revolucionária deve capacidade de enfrentar o problema da interminável acumulação do capital composto, conseguindo desmitificá-lo como principal motor da historia da humanidade.

O movimento político move-se pelas diferentes esferas de atividade, desde os processos de trabalho, a relação com a natureza, até as relações sociais, as concepções sobre tecnologia e formas de organização revolucionariam, de forma que umas reforcem outras. Deve ser reconhecido, que desenvolvimento não é o mesmo que crescimento, assim como que o crescimento não é uma condição previa para a redução da pobreza. Por outro lado um movimento anticapitalista tem que mobilizar aqueles que trabalham em esferas distintas. Tem de haver em comum alguns objetivos, algumas normas gerais e guias integradoras que incluam respeito a natureza, igualitarismo radical nas relações sociais, processos de trabalho organizados pelos produtores. Tem de haver em suma concepções mentais que visem a autorrealização a serviço dos outros, assim como inovações tecnológicas e organizacionais que procurem o bem comum. Também é necessário uma nova concepção sobre propriedade, baseada mais no sentido comum do que nos direitos de propriedade privada, devem ser encontrados meios para cortar a ligação entre igualitarismo radical e propriedade privada.

Pontes como o desenvolvimento de direitos de propriedade comuns e gestões democráticas podem ser de grande utilidade para este fim. Precisamos de novas concepções mentais para compreender o mundo. Superar as concepções arraigadas às teorias neoliberais que se incorporarem nas universidades e nos meios de comunicação e que contribuíram na produção da atual crise, é também um objetivo importante. Para essa superação a ala intelectual dos alienados e descontentes, deve priorizar o debate sobre a forma de mudar o curso do desenvolvimento humano. Construindo uma teoria da política correvolucionária, definindo os contextos em que a mudança deve ocorrer, que meios utilizar e porque utiliza-los, se poderá esclarecer a dinâmica do capitalismo e os problemas sistêmicos que derivam do crescimento composto. Para que isso seja significativo os alienados e descontentes devem juntar-se com os destituídos e despossuídos, não com o objetivo de instruí-los sobre o que devem fazer ou não, e sim sobre o

que nós os alienados e descontentes podemos e devemos fazer, identificando as causas dos problemas que todos enfrentamos. O objetivo sonhado seria uma grande aliança de todos os destituídos e despossuídos que seja capaz de controlar a organização da produção e a distribuição do produto excedente para o benefício comum em longo prazo.

Conseguir isso de forma pacífica e de forma voluntária não é fácil, despossuímos a nós mesmos do que possuímos agora, cria um obstáculo para a criação de uma ordem social nova, mais justa e equilibrada. Pensar que isso poderia acontecer sem nenhuma luta ativa, que inclua certo grau de violência, é pouco realista e pouco provável. A questão subjacente a todas as tendências anticapitalistas, é se poderia mudar o mundo. Essa mudança seria material, social, mental e política, de forma que fosse capaz de confrontar o estado das relações sociais e das relações com a natureza, assim como o dogma do crescimento composto infinito.

Na concepção original de Marx e Engels os comunistas não pertencem a partidos políticos, eles simplesmente são aqueles que entendem os limites, deficiências e tendências destrutivas do capitalismo. Comunistas são aqueles que trabalham para produzir um futuro diferente da perpetuação do poder de classe, se outro mundo e possível, outro comunismo pode ser possível, se queremos mudar o estado das coisas de forma real. Infelizmente o termo comunismo está muito carregado para poder reintroduzi-lo no discurso político, o nome não é tão importante, o que importa é a luta pela sobrevivência com justiça, assim como entender a necessidade de dar luz ao enigma do capital, tirar seus mistérios para ver assim com mais facilidade o que tem de ser feito e porque, e como começar a fazê-lo. Para isso precisamos de determinação, paciência e tenacidade, mobilizações e compromissos políticos firmes.

Contato com os autores: swanygeo@yahoo.com.br, nachovf@hotmail.com

Recebido em: 20/10/2012

Aprovado em: 20/12/2012